

AS OCUPAÇÕES NA UNIVERSIDADE: modos de reivindicar, resistir e fazer comunicação política¹

THE OCCUPY MOVEMENT IN THE UNIVERSITY: new ways to claim, resist and make political communication

Marcelo X. PARKER²

Maria Helena WEBER³

Resumo

Este trabalho aborda problematizações envolvendo a comunicação decorrente de ações públicas de ocupação como resistência às decisões das instituições de poder do estado, que incidem sobre a vida de toda a sociedade. O objetivo é contribuir para a reflexão sobre a organização e a comunicação das ocupações realizadas em unidades acadêmicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), em novembro e dezembro de 2016, a partir do referencial teórico que aborda a radicalização da democracia; processos deliberativos; repertórios de ação coletiva; a comunicação pública e o uso de mídias radicais alternativas. A metodologia abrange a pesquisa bibliográfica; pesquisa exploratória nas fanpages das ocupações e registros de observações presenciais durante a ocupação da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação (Fabico/UFRGS).

PALAVRAS-CHAVE: *Ocupações universitárias. Mídias Radicais. Comunicação Política.*

ABSTRACT

This paper approaches questionings involving communication in actions of occupation, contestation and resistance to decisions of power institutions of the State, that affects individuals and the whole society lives. The aim isto contribute to reflection and to analyse the organization and communication of the occupations at Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), in november and december 2016, through the following theoretical references: radicalization of democracy; deliberative processes; collective actions repertoires , public communication and the radical alternative media use. The methodology includes bibliographic research, exploratory survey on the occupations fanpages and presencial observations during the occupation of the Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação (Fabico/UFRGS).

Keywords: *Occupy university. Radical Media. Political Communication.*

¹ Trabalho apresentado ao Grupo de Trabalho Comunicação e Política do XXVII Encontro Anual da Compós, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte (MG), 05 a 08 de junho de 2018.

² Doutorando do PPGCOM/UFRGS. Mestre em História, Jornalista em atividade na TVE/Fundação Piratini. E-mail: parkermarcelo@gmail.com

³ Professora Titular FABICO/UFRGS. Pesquisadora 1D CNPq. Coordenadora do Núcleo de Comunicação Pública e Política e do Observatório de Comunicação Pública. E-mail: maria.weber@ufrgs.br

*Tenho palavras em mim buscando canal,
são roucas e duras, irritadas, enérgicas,
comprimidas há tanto tempo,
perderam o sentido, apenas querem explodir.
(Nosso Tempo/ Drummond)*

1. Introdução

As ocupações (*Ocupas*) de estruturas físicas e espaços públicos, por motivação política, têm sido uma tática de luta bastante utilizada em vários países do mundo, nos últimos anos. No que diz respeito especificamente às ocupações de instituições de ensino por estudantes, trata-se de um repertório de confronto que ganhou novo fôlego no século XXI, inclusive no Brasil. Em 2015, durante os meses de novembro e dezembro, centenas de escolas públicas paulistas foram tomadas por alunos contrários às reformas propostas pelo governo de São Paulo. Em outros estados, jovens de escolas estaduais seguiram o exemplo. No final de 2016, seriam os universitários a ocupar uma série de faculdades públicas, em protesto contra a Proposta de Emenda Constitucional conhecida como a PEC do Teto de Gastos, que propunha um limite para os gastos públicos por vinte anos⁴.

Assim como as ações dos secundaristas que as precederam, as ocupações universitárias também não contaram com um comando central ou qualquer associação estudantil que realizasse o papel de intermediação entre elas e dessas com o governo. Funcionaram na prática como células independentes e com autonomia de decisão, embora fazendo oposição às mesmas medidas parlamentares, elegendo os mesmos inimigos, adotando retóricas discursivas semelhantes, fazendo uso dos mesmos repertórios de ação coletiva e as mesmas ferramentas de comunicação. Quando as ocupações de universidades começaram, no final de outubro, a PEC 241/16 já havia sido aprovada pela Câmara dos Deputados⁵ e enviada ao Senado Federal, onde recebeu o nome de PEC 55/16. A primeira votação ocorreu no dia 29/11/16 e a segunda, no dia 13/12/16.⁶

As ocupações talvez tenham sido o principal ato de oposição da sociedade civil ao governo de Michel Temer. Mais de 290 prédios de faculdades foram ocupados por estudantes, em diversos estados, sendo 16, na UFRGS⁷. As ocupações duraram de 50 a 60 dias, paralisando total ou parcialmente as atividades das respectivas faculdades. Em algumas instituições, coincidiram com o movimento de paralisações de professores e técnico-administrativos. Além da PEC do Teto de

⁴ A Emenda institui um novo regime fiscal, impondo limites para os orçamentos dos Poderes Executivo, Judiciário e Legislativo e dos respectivos órgãos de administração direta e indireta. Os reajustes anuais ficam restritos e condicionados à inflação acumulada pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

⁵ Sua aprovação na Câmara se deu com os seguintes placares: 366 a 111 no primeiro turno, 359 a 116 no segundo.

⁶ Na votação em primeiro turno, 61 senadores foram favoráveis e 14 contrários à proposta. Na votação do dia 13 de dezembro o resultado foi de 53 votos a favor e 16 contra.

⁷ A UFRGS possui 4 campus com 28 unidades acadêmicas que abrigam 79 cursos de graduação com 32.820 alunos e 87 programas *stricto sensu*, com cerca de 5 mil alunos.

Gastos Públicos, os estudantes se opuseram abertamente à MP do Ensino Médio⁸ e ao projeto Escola sem Partido⁹, conhecido ainda por Lei da Mordaça.

Como demonstraremos, as ocupações foram deflagradas a partir de pautas de âmbito nacional, mas a partir da percepção de que a PEC seria aprovada, também, pelo Senado Federal, outras bandeiras de luta surgiram com objetivos locais (mudanças no funcionamento das universidades), permeadas por debates sobre temas de interesse público, de caráter universal e atemporais (questões de gênero, sexualidade, racismo). Na prática, as ocupações funcionaram como uma espécie de antena capaz de captar temas de interesse público que gravitavam na sociedade e criar debates sobre eles.

O artigo tem por objetivo contribuir para a análise das ocupações (Ocupas) e identificar a importância destas para o debate público, analisando sua organização, comunicação como parte dos “novos” formatos de compreender, participar, contestar, resistir e fazer política.

2. As *Ocupas* como forma de luta política

As ocupações geram impacto e desconforto institucional e caracterizam-se como “uma tática popular usada pelos movimentos sociais para tomar e defender espaços” (BOYD; MITCHELL, 2013, p. 41). São um repertório de confronto¹⁰ que tem sua força na quebra das atividades do cotidiano e na potencial atenção midiática que costuma atrair. Nos últimos anos, tem sido uma das ações coletivas mais empregadas por grupos de ativistas em vários países do mundo. Existem vários tipos de ocupações, que diferem quanto ao objetivo e à natureza do espaço onde ocorrem. Em relação à ocupação de instituições de ensino por seus alunos, os anos 1960 são ricos em precedentes. Estudantes negros ocuparam faculdades dos Estados Unidos, em protesto contra políticas segregacionistas e a cultura do racismo, assim como jovens de várias etnias, na mesma época, manifestaram-se da mesma maneira, em desagravo ao presidente Richard Nixon e contra a Guerra do Vietnã. Mais recentemente, no Chile (2006 e 2011) e no Canadá (2013), também ocorreram ocupações de escolas e universidades.

⁸ A Medida Provisória 746/16, conhecida como Projeto de Reforma do Ensino Médio, foi sancionada pelo presidente Michel Temer em 16 de fevereiro de 2017. Entre as alterações estão a implantação gradual do ensino integral, até que as atuais 800 horas anuais passem para 1,4 mil; e a desobrigatoriedade do idioma espanhol. Outras alterações propostas pelo executivo, e que foram criticadas durante as ocupações universitárias, acabaram excluídas do texto final, como a exclusão das disciplinas Artes, Educação Física, Filosofia e Sociologia, que permanecem obrigatórias para a Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

⁹ O anteprojeto de lei denominado Escola sem Partido deu origem a uma série de projetos semelhantes que estão tramitando em nove estados brasileiros. Em comum entre eles, a intenção de impor restrições morais e ideológicas à atividade docente e ao comportamento de professores nas salas de aula.

¹⁰ Para Tilly e Tarrow (2008, p. 20), repertórios de confronto são “formas de ação coletiva” estratégias utilizadas por movimentos sociais para estabelecer uma política contenciosa contra seus adversários.

As ocupações, aqui apresentadas, se caracterizam por não terem orientação de ordem partidária ou vínculo com grupos políticos e movimentos sociais. Possuem um modelo descentralizado, sem lideranças definidas, com coordenações alternadas e tomada de decisões coletivas. Este tipo de mobilização tem ocorrido em ciclos, em diferentes locais, num efeito-dominó. Isto já havia acontecido no Brasil, em 2007, com a série de ocupações de reitorias, em protesto contra políticas para a educação superior¹¹. Na USP, alunos têm seguidamente ocupado a reitoria e outros prédios, como em 2011¹², 2013¹³ e 2016¹⁴, com demandas como a implantação do sistema de cotas, eleição direta para o reitor e contra ações que consideram prejudiciais ao ensino superior. A própria UFRGS tem sido palco para a tomada de prédios, como em 2007, 2014 e 2016. Foram três situações com diferentes motivações: primeiro a Faculdade de Direito¹⁵, devido ao resultado de um concurso público, depois a reitoria¹⁶, em protesto pela invasão da polícia a uma unidade da Universidade e, em 2016, contra a mudança na política de cotas, que antecedeu a série de ocupações deflagradas em outubro e novembro¹⁷. Pensamos ser possível, portanto, falar em práticas recentes deste repertório de confronto nas universidades brasileiras, o que demonstra como os canais institucionais disponibilizados pelas respectivas reitorias para diálogo com os estudantes não parecem mais atender às necessidades dessa comunidade.

Diferentemente das passeatas, por exemplo, onde o número de participantes é fundamental para o objetivo que se quer atingir, nas ocupações, a quantidade não é tão determinante para o sucesso ou não da ação. Ainda que o objetivo possa ser mais facilmente alcançado com um número grande de pessoas – além da importância simbólica de uma ampla adesão ao movimento –, poucos ativistas podem ocupar prédios importantes e/ou áreas bem significativas, principalmente se não

¹¹ *Estudantes adotam invasão de reitorias como tática de protesto em 2007*. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultnot/retrospectiva/2007/materias/educacao.jhtm>. Acesso em: 12 set. 2017.

¹² *Entenda a ocupação feita por alunos em prédios da USP*. Disponível em: <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2011/11/entenda-ocupacao-feita-por-alunos-em-predios-da-sp.html>. Acesso em: 12 set. 2017.

¹³ *Alunos da USP aprovam greve geral e ocupação da reitoria por tempo indeterminado*. Disponível em: <http://educacao.estadao.com.br/noticias/geral,alunos-da-usp-aprovam-greve-geral-e-ocupacao-da-reitoria-por-tempo-indeterminado,1080953>. Acesso em: 12 set. 2017.

¹⁴ *Estudantes da USP ocupam prédios da ECA, História e Geografia*. Disponível em: <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2016/05/estudantes-da-usp-ocupam-predios-da-eca-historia-e-geografia.html>. Acesso em: 12 set. 2017.

¹⁵ *Estudantes ocupam Faculdade de Direito da UFRGS e exigem anulação de concurso realizado em dezembro*. Disponível em: <https://www.sul21.com.br/jornal/estudantes-ocupam-faculdade-de-direito-da-ufrgs-e-exigem-anulacao-de-concurso-realizado-em-dezembro/>. Acesso em: 12 set. 2017.

¹⁶ *Reitoria da UFRGS é ocupada por estudantes*. Disponível em: <https://www.sul21.com.br/jornal/reitoria-da-ufrgs-e-ocupada-por-estudantes/>. Acesso em: 12 set. 2017.

¹⁷ *Estudantes e movimento negro ocupam reitoria da UFRGS contra mudanças na política de cotas*. Disponível em: <https://www.sul21.com.br/jornal/estudantes-e-movimento-negro-ocupam-reitoria-da-ufrgs-contra-mudancas-na-politica-de-cotas/>. Acesso em: 12 set. 2017.

enfrentarem resistência física. E estes poucos podem emperrar todo o processo de funcionamento da instituição.

3. Deliberação, descentralização e horizontalidade

O chamado *governo de assembleia*, que remonta ao modelo grego de democracia, tem tido, tanto na modernidade, quanto nestes primeiros anos de século XXI, seu emprego restrito a grupos radicais, tais como estudantes adeptos de repertórios de ação direta – ou seja, a um número limitado de pessoas (BOBBIO, 1987). Mas, normativamente, a ideia de esferas públicas aonde as pessoas cheguem a decisões importantes através do diálogo tem sido colocada como um elemento qualificador das democracias. Segundo Habermas (2011), nas sociedades complexas, a coordenação de interesses diversos exige que os cidadãos consigam processar os problemas comuns e os conflitos entre grupos através da deliberação, entendida enquanto prática social onde a racionalidade conduziria os processos decisórios, por meio de uma esfera pública composta por iguais e destinada a colocar freio aos excessos do Estado. Habermas (2011, p. 347) defende a deliberação não apenas como um método para a tomada de decisões, mas ainda como “um processo de aprendizagem que se estabelece de forma reflexiva”. Um processo de prática de cidadania que visa diminuir os espaços entre o poder comunicativo (proveniente da sociedade civil) e o poder administrativo (que se refere às instâncias do Estado).

Portanto, a concepção de uma esfera pública é fundamental para o modelo deliberativo. Ela seria o correlato institucional da teoria normativa da democracia deliberativa, “uma rede múltipla, anônima e heterogênea de muitos públicos e conversações públicas” (BENHABIB, 2009, p. 138), uma política discursiva voltada para a resolução coletiva de problemas públicos. O modelo deliberativo de democracia seria composto por três características, sem as quais não haveria legitimidade sobre o processo:

- 1) a participação nessa deliberação é governada pelas normas de igualdade e simetria; todos têm as mesmas chances de iniciar atos de fala, de questionar, de interrogar e de instaurar um debate;
- 2) todos têm o direito de questionar os tópicos designados para a conversação e
- 3) todos possuem o direito de produzir argumentos reflexivos sobre as regras do procedimento discursivo e sobre o modo como são aplicadas ou empregadas (BENHABIB, 2009, p. 113).

Diminuir a distância existente entre aqueles que tomam as decisões e os afetados por elas é o desafio da deliberação, com as esperanças que ela comporta. E é justamente essa diminuição da distância entre as esferas governamentais e os espaços de discussão organizados por setores da sociedade civil que nos leva a crer que o conceito de deliberação pode auxiliar a compreender as ocupações de universidades e escolas brasileiras. A descrença na representação como forma mais

democrática de governo – e mais facilmente aplicável, do ponto de vista operacional – faz com que modelos deliberativos de associação e tomada de decisões sejam uma das principais marcas dos coletivos de resistência deste início de século XXI.

Com o desenrolar do século XX e, principalmente, devido ao advento dos meios de comunicação de massa e a consolidação das grandes corporações capitalistas, o ideal de uma sociedade regulada por valores normativos de racionalidade, igualdade e de condições para discussão teria sido sufocado (GOMES, 2008). As lentes então se voltam para pequenas práticas deliberativas, em associações como grupos anarquistas e novos coletivos de ativismo inspirados por ideais de horizontalidade e radicalização democrática. As ocupações realizadas por estudantes universitários brasileiros, seguindo o exemplo de secundaristas de escolas públicas, têm na deliberação o seu *modus operandi*, fazendo com que em cada território a ação política se traduza em atitudes comunicativas horizontais, privilegiando o diálogo e a discussão sobre temas de interesse público.

Grupos de resistência com estruturas horizontais de organização não são propriamente um fenômeno novo na história da luta política. Como afirma Gitlin (2012), isso tem ocorrido cada vez com mais frequência, desde a segunda metade do século XX, por exemplo, nos Estados Unidos. No início da década de 1980, foi este o modelo do movimento antinuclear alemão, que influenciou movimentos semelhantes em outros países, além de ter dado origem a vários partidos verdes na Europa e mais tarde nas Américas. De inspiração anarquista, estes modelos se constroem de acordo com a situação e com as pessoas envolvidas, sem seguir um rígido exemplo específico, mas recusando que alguns possam usufruir de mais legitimidade que outros para tomar decisões que dizem respeito ao coletivo: “Desde os anos 70 ativistas se revoltam contra a autoridade de quem quer que seja, inclusive deles próprios” (GITLIN, 2012, p. 83).

Em qualquer ocupação recente que se analise, nas praças da Europa meridional, Magreb, em Wall Street, ou nas escolas estaduais e universidades federais brasileiras, encontraremos assembleias gerais atuando por consenso ou votação, praticando em escala reduzida (dezenas, centenas ou poucos milhares de pessoas) processos deliberativos de funcionamento político, experimentando um modelo de democracia direta que tem na inexistência de líderes uma de suas principais características. Buscando coerência ao não reproduzir internamente a representação que criticam no sistema político vigente, os movimentos nomeiam porta-vozes quando há necessidade de algum tipo de exposição externa, procurando diversificar os indicados quando solicitados para entrevistas por veículos midiáticos ou para participar de reuniões com autoridades.

4. A comunicação radical

A comunicação pública é um dos elementos legitimadores das democracias (WEBER, 2017) e necessita, para fecundar, de um terreno democrático, onde práticas como a racionalidade, a argumentabilidade e a discutibilidade façam parte da vida social, como exercício de cidadania e qualificando a sociedade civil na sua relação com o Estado. Atos de desobediência civil enquanto resistência a políticas consideradas injustas são bastante familiares à história da democracia e ao seu desenvolvimento como forma de governo. Em que pese o radicalismo do repertório, acreditamos que as ocupações têm se configurado em espaços de deliberação, em territórios de produção de afetos e práticas colaborativas, cujas regras vão sendo elaboradas, propostas e votadas ao longo do processo, tendo o trabalho coletivo e a inexistência de hierarquia entre os participantes como valores normativos. Portanto, trata-se de uma construção colaborativa baseada em princípios democráticos. Elas se caracterizaram, entre outros aspectos, por promover debates públicos, através de atividades como audiências públicas, aulas abertas, seminários e oficinas, sobre temas como o racismo, questões de gênero, cotas, saúde, sexualidade, política, etc.

Nas ações empreendidas por movimentos sociais e grupos de resistência, na contemporaneidade, especialmente quando envolvem ação direta, a comunicação é um elemento central. Acreditamos que a luta política seja também uma guerra de discursos, travada no âmbito de estratégias comunicacionais e espaços de visibilidade. Quando 30 mil pessoas tomam as ruas de uma grande metrópole, bloqueando o trânsito, obstruindo as artérias que viabilizam o cotidiano, elas fazem isso para comunicar uma posição. Quando alunos secundaristas ocupam quase concomitantemente centenas de escolas de uma grande cidade, em oposição a uma política de precarização da rede pública de ensino, eles querem comunicar. Como bem destaca Esteves (2011), o espaço público e a comunicação possuem relação estreita. No caso de ações políticas de grande intensidade, como ocupações e algumas marchas, os desdobramentos assumem a forma de um amplo debate público, estabelecendo “uma poderosa rede de fluxos de comunicação que se destina a processar opiniões e a formar uma opinião pública qualificada” (ESTEVES, 2011, p. 200).

Recentes experiências de conflitos políticos entre setores da sociedade e os poderes constituídos chamam a atenção para as estruturas de comunicação que têm acompanhado as ações de grupos de resistência. Utilizando tecnologias digitais, mas também mídias radicais tradicionais na história dos movimentos sociais, como o cartaz, a bandeira e a faixa, ativistas das mais variadas causas executam performances que são divulgadas nas redes sociais da internet, ampliando assim o alcance do ato político. A produção da própria informação tornou-se imperativo na busca por

adesão e simpatia, razão pela qual se entende que a comunicação é hoje em dia um elemento-chave para o sucesso ou não de um objetivo durante o confronto político.

Neste embate discursivo de busca pelo acesso aos espaços de visibilidade onde os discursos navegam, o uso das ferramentas das tecnologias de informação garante “maior autonomia e horizontalidade aos atores sociais, possibilitando a formação de estruturas de mobilização menos dependentes das organizações sociais e seus mediadores” (SILVA, 2014, p. 14-15). Através dessas ferramentas vão sendo criadas e difundidas narrativas, cuja importância é ressaltada por Malini e Antoun (2013, p. 74):

Narrativas ou histórias sempre foram muito importantes para manter as pessoas unidas numa organização, pois elas podem imprimir o sentido de identidade e pertencimento – elas são capazes de dizer quem somos, porque estamos juntos e o que nos faz diferentes dos outros. Elas podem igualmente comunicar um sentido de causa, propósito e missão, exprimindo objetivos, métodos e disposições culturais – o que acreditamos, o que queremos fazer e como. A história certa pode [...] gerar pontes entre diferentes redes e a percepção de que o movimento tem um momento vitorioso.

Uma “mídia – em geral de pequena escala e sob muitas formas diferentes – que expressa uma visão alternativa às políticas, prioridades e perspectivas hegemônicas”. Assim, Downing (2004, p. 21) define *mídia radical*, esta prática de produção de informação – ou talvez seja mais apropriado dizer, de contrainformação – tão comum a movimentos sociais e demais coletivos de resistência. Normalmente de baixo custo, mídias radicais podem ser encontradas nas lutas de minorias étnicas, de grupos religiosos discriminados ou de mulheres em sociedades patriarcais opressivas, por exemplo.

Para Downing (2004, p. 79), a mídia radical alternativa “é a vigia mestra da estrutura de comunicação democrática”. O autor entende que a sua utilização expande e cria novos horizontes para além dos limites hegemônicos da mídia convencional; abre mais espaço para as vozes das minorias, vinculando-se organicamente, por vezes, a determinados movimentos sociais, discutindo em primeira mão temas que só mais tarde vão ganhar a atenção dos grandes veículos (e não raro apenas depois de acontecimentos públicos de enorme magnitude); é livre das amarras dos interesses comerciais ou de governo; e, por fim, costuma possuir uma organização interna pouco hierarquizada e, portanto, mais democrática e sensível a diferentes pontos de vista (DOWNING, 2004).

A internet também é considerada por Downing uma mídia radical. Não apenas pelo seu enorme potencial de disseminação de informação contra-hegemônica e oportunidade de espaço para as vozes de minorias, mas também pela autonomia que proporciona aos contenciosos. Da mesma maneira que, conforme observado por Tarrow (2009, p. 149), “a ocorrência simultânea de demonstrações estudantis por todo o Ocidente em 1968 – usando às vezes as mesmas palavras de

ordem e formas de ação – foi em parte devido ao impacto da televisão”, pode-se dizer que os ciclos recentes de protestos ao redor do mundo possuem repertórios comuns e estruturas de comunicação semelhantes em muito devido às redes sociais da internet, principalmente o *twitter*, o *facebook* e o *youtube*. Embora as ocupações de cada faculdade brasileira tenham criado suas próprias regras de acordo com as necessidades do momento, algumas características seguramente foram assimiladas e incorporadas ao imaginário das ocupações devido à propagação via *web* de experiências anteriores.

Como ação coletiva que visa um fim político, a ocupação de escolas e universidades possui um obstáculo importante, levando-se em conta os desafios de uma comunicação estratégica contra-hegemônica: o isolamento físico. Ao contrário de outros repertórios, como grandes marchas ou mesmo a ocupação de praças públicas, por exemplo, o prédio ocupado tende a se transformar em uma espécie de trincheira, impedindo uma maior permeabilidade entre o espaço dos ativistas e o público externo que é, em essência, o aliado que se deseja cativar com esta ação. É imprescindível que as demandas e atividades do grupo sejam conhecidas além do universo físico e simbólico construído na ação coletiva. E o uso de mídias radicais alternativas, sejam as tradicionais, como cartazes, faixas, bandeiras e panfletos, sejam as mais recentes, como as redes sociais da internet, têm sido um recurso bastante utilizado por grupos contenciosos que buscam romper com o que Downing (2004, p. 21) chama de “bloqueios da expressão pública”, isto é, a dificuldade de fazer com que o enquadramento da realidade, realizado por movimentos de resistência, ganhe espaço nos meios de comunicação de massa e possa de fato influenciar o campo da política institucional.

5. As ocupações, propriamente ditas

O movimento das *Ocupas* tem características muito diferenciadas e instigam um debate sobre até que ponto podem ser analisados como um novo movimento de ação política, considerando os padrões, disciplinas e tipo de participação que usualmente se atribui aos movimentos políticos. Neste sentido, relatamos alguns aspectos das *Ocupas*, especialmente na Fabico/UFRGS, que nos permitem iniciar essa análise.

a) As pautas

Três pautas deflagraram o movimento de ocupações: a PEC 55/2016, a MP de reforma do Ensino Médio e os diferentes projetos de lei inspirados pelo desejo de restringir a liberdade de expressão político-ideológica dos docentes em sala de aula, chamados de *Escola sem Partido*, ou *Escola com Mordaça*. Estes três temas estão elencados em todos os manifestos das ocupações, mas outras duas pautas se impuseram e receberam a atenção dos estudantes: a precária situação de trabalho de servidores terceirizados na universidade e a oposição ao pacote de medidas do Governo

do Rio Grande do Sul, lançado quando muitas faculdades já estavam ocupadas¹⁸. Como as diferentes ocupações eram autônomas, o envolvimento de cada uma delas com estas questões variou conforme a relação da unidade acadêmica ocupada com as diferentes fundações.

Além destas pautas, os estudantes aproveitaram o movimento para fazer exigências relacionadas a problemas dos seus respectivos cursos, na medida em que o movimento não nutria grandes esperanças de barrar a aprovação da PEC do Teto de Gastos. Assim, outras questões foram sendo incorporadas e se tornaram bandeiras de luta dos alunos, tais como problemas da estrutura física das faculdades e críticas de ordem pedagógica, entre outras¹⁹.

Desde o início, as ocupações da UFRGS se posicionaram publicamente como desdobramentos de um movimento maior contra a PEC 55 e o Governo Temer. No âmbito nacional, além de terem recebido o apoio de vários membros da comunidade cultural e intelectual do país, as ocupações foram defendidas pela Associação Juizes para a Democracia²⁰ e pela Defensoria Pública da União (DPU). A DPU, inclusive, publicou no dia 7 de novembro de 2016 uma cartilha chamada *Garantia de direitos em ocupações de instituições de ensino – Conheça e saiba proteger seus direitos*²¹. No mesmo dia, a DPU encaminhou um Ofício ao então ministro da Educação, José Mendonça Bezerra Filho, recomendando a ele e aos reitores de universidades ocupadas que empreendessem o diálogo com os estudantes, que não os identificasse com o objetivo de criminalização e que não tentassem desocupar os prédios sem prévia autorização judicial²².

Durante novembro e dezembro de 2016, dezenas de artistas gravaram mensagens colocando-se ao lado dos estudantes brasileiros. Políticos de partidos de esquerda visitaram as ocupações e manifestaram apoio ao movimento em suas redes sociais da internet. O MST e o MTST declararam-se unidos aos universitários sublevados e seus antecessores secundaristas. Mas estes apoios nunca foram além de manifestações públicas, normalmente através do *facebook* e do *twitter*. Os ocupantes jamais chegaram a responder a outra instância que não a eles próprios, ou a formar alianças decisivas com outros setores da sociedade, assim como jamais perderam a autonomia dentro de cada prédio ocupado.

¹⁸ No dia 21 de novembro de 2016, o governo do Estado do RS lançou o “Pacote de Modernização” que, entre outras medidas, propunha a extinção de nove fundações estaduais. Em votação realizada na madrugada do dia 20 de dezembro de 2016, a Assembleia Legislativa aprovou a extinção dos órgãos e a respectiva demissão de mais de 1200 funcionários concursados.

¹⁹ Na Fabico, por exemplo, uma das demandas dos alunos era pela posse efetiva da chapa que havia saído vitoriosa nas eleições para a direção da faculdade, o que até então não acontecera devido a contestações sobre a paridade dos votos entre alunos, docentes e servidores técnico-administrativos.

²⁰ Disponível em: <http://emporiododireito.com.br/leitura/nota-publica-da-ajd-em-defesa-da-livre-manifestacao-de-estudantes>.

²¹ Disponível em: <http://www.dpu.def.br/noticias-defensoria-publica-da-uniao/233-slideshow/33836-dpu-publica-cartilha-com-direitos-dos-estudantes-que-participam-de-ocupacoes>.

²² O Ofício não está mais disponível no site da DPU.

b) Funcionamento e organização

Autônomas, mas integradas. Descentralizadas, mas com discursos uníssonos. As *Ocupas* em Porto Alegre, como, a rigor, nas demais cidades brasileiras, funcionaram como células independentes de uma mesma luta. Seus mecanismos internos de organização se assemelhavam: criação de comissões, decisões tomadas em assembleias horizontais, aulas abertas sobre temas decididos pelos alunos, atos externos de protesto e atividades culturais. Na *Ocupa Fabico/UFRGS* foram criadas seis comissões, definidas nas primeiras horas após a tomada do prédio. As quatro primeiras eram voltadas para a logística interna: Comissão de Alimentação; Comissão de Segurança; Comissão de Limpeza e Comissão de Organização (responsável pelo número de ocupantes que dormiriam no prédio, providenciar colchões, arrumar o saguão para atividades como aulas e oficinas, e assim por diante). As outras duas comissões eram voltadas para a relação do movimento com outros públicos: Comissão de Comunicação e Comissão de Articulação (responsável por reuniões com professores, diretores da Faculdade e representantes da Reitoria).

Quanto às assembleias, algumas eram abertas ao público, com avisos nas páginas do *facebook* convidando para os encontros. Outras eram fechadas, apenas para os ocupantes. Em ambos os tipos as decisões se davam por votação, após os pronunciamentos de todos os que se inscreviam para falar. Muitos textos veiculados pelo movimento de ocupação, em suas respectivas *fanpages*, defenderam o modelo das assembleias deliberativas e das comissões como o mais adequado, conforme a postagem abaixo, da *Ocupa IFCH*:

O principal meio de construção do movimento é a horizontalidade das decisões tomadas em assembleias e as comissões de organização [...]. Foi por meio das comissões que realizamos atividades como palestras, rodas de conversas, protestos, cuidados do patrimônio da universidade, de nossa integridade física e também da nossa alimentação—através de muita solidariedade de quem trouxe doações (21/12 – Ocupa IFCH - Sobre ocupações, o diálogo e os aprendizados).

As ocupações resistiram, também, devido ao apoio de docentes e técnico-administrativos, que passaram a respeitar as normas de ingresso nos prédios determinadas pelos ocupantes. Além disso, periodicamente, contribuía com doações de alimentos, material de limpeza e peças para montagem de estrutura mínima de dormitórios, por exemplo. As ocupações provocaram, em algumas unidades, reuniões dos docentes que, sem dar aula (absoluta maioria) debateram temas da conjuntura político-educacional, realizaram atos de apoio, divulgaram manifestos e em muitos casos participaram das próprias assembleias dos estudantes. Na Fabico/UFRGS, pela primeira vez, docentes de 6 cursos²³ participaram de reuniões conjuntas, coordenadas pelos respectivos chefes de

²³ Jornalismo, Relações Públicas, Propaganda, Biblioteconomia, Museologia e Arquivologia.

departamento.

6. Repertórios, Comunicação e Visibilidade

Seguidamente diferentes repertórios são usados em conjunto para dar mais força às reivindicações e alcançar públicos mais abrangentes. No caso de uma ocupação, por exemplo, é importante que as ações de comunicação rompam o isolamento físico que a tomada de um prédio inevitavelmente provoca. Participantes das *Ocupas* da UFRGS estiveram presentes em outras ações públicas como *trançaços* em diferentes cruzamentos de ruas importantes de Porto Alegre, em assembleias abertas para discutir a PEC 55 e marchas no centro da capital gaúcha. Ao levar sua luta para as ruas, somando-a aos outros protestos contra o governo estadual e federal, os manifestantes acionavam outras mídias radicais pouco usadas em ocupações, como cantos, gritos, máscaras, bandeiras, fantasias, performances teatrais, grafite, etc. A importância de diversificar os repertórios é destacada neste trecho:

Quando concretizamos grande parte dos debates, vimos a necessidade de expandir com maior vigor o compartilhamento de informações, e que somente aulas públicas não atingiam grande parcela de colegas e da população. Assim realizamos jogral na feira do livro de Porto Alegre, na praça da Alfândega, como forma de expor o movimento de ocupação na universidade e dar visibilidade para as discussões. Para além do mês da feira do livro, seguimos com panfletos em paradas de ônibus e na zona central da cidade, buscando informar sobre as implicações da aprovação da PEC55 na vida de todos nós (21/12 – Ocupa IFCH - Sobre ocupações, o diálogo e os aprendizados).

Boa parte dos formatos de mídia radical não depende de tecnologia e possui baixo custo, como os tipos empregados em uma marcha: cartazes, faixas, camisetas, performances teatrais, cantos, slogans, pichações, máscaras, pinturas no corpo, etc. O cartaz, por exemplo, é uma mídia radical alternativa largamente utilizada pelos movimentos de resistência ao longo da história. Adequado para qualquer tipo de discurso (irônico, firme, satírico, agressivo, poético) e expressão visual (foto, desenho, pintura, grafia), é amplamente utilizado em repertórios como marchas e ocupações. Também funciona bem ao ser reproduzido através dos meios visuais como o vídeo e a fotografia, o que aumenta o alcance e o público do seu discurso²⁴.

Cartazes e faixas eram os principais elementos de identificação visual das *Ocupas* da UFRGS. Os textos nestas mídias eram as primeiras mensagens discursivas perceptíveis pelo público que chegava aos prédios ocupados. Era o cartão de visitas do movimento, a declaração de conquista do território. No caso da Fabico/UFRGS, uma enorme faixa pintada pelos ocupantes, presa na fachada de frente do edifício – e perfeitamente legível da rua, a 100 ou 200 metros de distância –

²⁴ Nas grandes marchas de 2013 e 2015, no Brasil, eram comuns cartazes em outros idiomas, principalmente em inglês, visando um público que tomava contato com eles através da televisão, jornais, sites e redes sociais da internet.

dizia “Fabico ocupada contra a PEC 55”.

Outras faixas menores e visíveis apenas a poucos metros da entrada (mas cujo alcance potencial aumentava ao serem fotografadas e reproduzidas no *facebook*) diziam: “#Ocupa Fabico contra PEC 55”, “Fora Temer”, “Ocupar e resistir” – uma espécie de slogan e grito de guerra utilizado como um referencial de identidade por todas as ocupações recentes no Brasil. Já com o propósito de *comunicação radical lateral* (DOWNING, 2004), eram aficionados nas paredes internas do prédio diversos cartazes contendo regras de convivência (como normas de limpeza, proibições de bebidas alcoólicas e outras substâncias, horários das reuniões e demais atividades), palavras de afeto, críticas ao funcionamento da universidade, listas com coisas que os alunos gostariam de mudar na instituição e no país, e assim por diante.

A Comissão de Comunicação não era responsável apenas pela geração e transmissão das informações, mas pela organização de estratégias de ação, incluindo a produção de conteúdo, a divulgação da informação e cuidados com a imagem pública do movimento. Uma das principais resoluções da *Ocupa Fabico/UFRGS* foi, já nos primeiros dias, definir regras para a relação com os meios de comunicação. Foi decidido, por exemplo, que profissionais dos principais veículos da capital não poderiam entrar no prédio. Caso quisessem imagens internas, estas seriam fornecidas pelos próprios ocupantes. A mídia alternativa, no entanto, tinha acesso ao espaço da ocupação. A comissão de Comunicação da *Ocupa Fabico/UFRGS* enviou um e-mail às outras *Ocupas*, fazendo esta e outras recomendações, e se colocou à disposição para auxiliar no que fosse necessário.

Apesar dos cuidados na relação com empresas de comunicação, foi recomendado aos outros grupos não tratarem nenhum veículo com arrogância ou agressividade, já que todos os espaços de visibilidade, segundo eles, deveriam ser bem aproveitados pelo movimento. A comissão também recomendou às demais ocupações, a eleição de porta-vozes capacitados a conversar com a imprensa. Havia, portanto, a preocupação de se comunicar da melhor maneira possível com seus públicos, a partir do entendimento de que a luta passava também pela imagem pública a ser construída pelo movimento. Os alunos da Fabico/UFRGS pensaram ainda em criar um Núcleo de Comunicação, cuja função seria dar suporte nesta área a todas as outras ocupações da cidade, mas isso acabou não acontecendo.

Nos primeiros dias as publicações da *Ocupa Fabico/UFRGS* foram voltadas principalmente para informar sobre as resoluções com relação ao prédio e à suspensão das atividades normais da faculdade. Informações sobre as doações de alimentos, produtos de higiene e contribuições em dinheiro eram seguidamente disponibilizadas. A *fanpage* também atualizava a comunidade acadêmica com relação às negociações com a reitoria, publicando avisos prévios e relatos

posteriores de reuniões. Os alunos procuravam também mostrar imagens do cotidiano da ocupação, como os mutirões de limpeza, as aulas e oficinas, os shows e os cartazes que cobriam as paredes internas do prédio. A página do grupo funcionava como uma espécie de janela por onde os visitantes virtuais podiam vislumbrar algumas movimentações internas do cotidiano de uma faculdade ocupada.

Além disso, foram feitas iniciativas para integrar as ocupações e combinar estratégias conjuntas para aumentar a sua força de pressão política: um e-mail, criado para ser o fórum de todas as Ocupas de Porto Alegre e principal meio de comunicação entre elas; um encontro semanal com representantes das ocupações para avaliação do movimento; reuniões para definir os termos das negociações com a reitoria; encontros entre comissões semelhantes (reunião das equipes de comunicação das diferentes faculdades, por exemplo); além de algumas tentativas de fazer eventos online com membros de todas as ocupações do Brasil, o que acabou não acontecendo. Além disso, foi formada uma Comissão de Apoio aos Terceirizados, contendo representantes de todas as Ocupas da UFRGS.

7. Na UFRGS, uma ocupação de mulheres

Questões de gênero, sexualidade e racismo são pautas que não foram deflagradoras do movimento, mas tiveram papel central durante o período das ocupações. Estes três temas estiveram presentes em boa parte das aulas abertas, debates e oficinas realizadas na Fabico/UFRGS e nas demais ocupações da Universidade, como pode ser constatado nas publicações das *fanpages*. Eles também estão presentes nos discursos veiculados no *facebook*, como no primeiro parágrafo do manifesto de ocupação dos alunos da Fabico/UFRGS, publicado no dia 31 de outubro de 2016: “Repudiamos as medidas racistas, misóginas, homofóbicas e de preconceito de classe que vemos no cenário político brasileiro”. Na carta aberta redigida pelos alunos e entregue à reitoria em reunião no dia 9 de novembro – assinada por todas as ocupações e publicada nas respectivas *fanpages* –, dois dos cinco itens de reivindicações dos alunos tratam destes assuntos:

4) Acesso, ensino e extensão:

Ações afirmativas nos Programas de Pós Graduação da Universidade: para negros, indígenas, quilombolas, travestis, trans e pessoas com deficiência;
Gratuidade dos cursos de extensão e especialização;
Oferta obrigatória de disciplinas que contemplem o debate de raça, gênero e sexualidade em todos os cursos;

5) Segurança e permanência das mulheres:

Ouvidoria para as denúncias das violências de gênero.
Resposta a carta sobre violência de gênero na Casa do Estudante;
Ampliação e manutenção das creches da universidade, contemplando servidores, estudantes e terceirizados.

Na Fabico/UFRGS e em outras unidades ocupadas aconteceram assembleias compostas apenas de mulheres. Elas eram a maioria absoluta entre os alunos que ocuparam os prédios da Universidade. Neste sentido, acreditamos que as ocupações, além de serem espaços de deliberação onde circulam temas de interesse público, são acontecimentos que podem reforçar identidades coletivas. Em pelo menos duas ocupações da UFRGS foram formados coletivos femininos. No dia 1º de fevereiro de 2017, portanto, mais de um mês após a desocupação, uma postagem (FIGURA 1), na página da *Ocupa Esefid* anunciava a criação do coletivo Esefridas:

O coletivo Esefridas surgiu durante a OCUPA ESEFID, no intuito de acolher e unir as mulheres do nosso campus. Com a presença de estudantes, professoras, companheiras de luta da nossa e de outras Ocupas, foram feitas as rodas das minas. Nessas rodas, espaços foram abertos para ouvir histórias, estudar sobre o movimento feminista e fortalecer os vínculos entre as mulheres para combater qualquer tipo de abuso. Vai ser cada vez mais difícil ser machista na ESEFID. Estamos unidas e ligadas! Quem quiser conhecer mais pode entrar em contato com a página, estamos aqui pra ouvir todas. Se tu apoia a causa e é [#ContraTroteOpressor](#), pode botar essa capa linda feita pelas Esefridas pra ajudar a divulgar a ideia. [#NãoAndoSó](#) [#RespeitaAsMina](#) [#MachistasNÃOPassarão](#) [#GirlPower](#)



FIGURA 1 – Cartaz do coletivo Esefridas

FONTE - Página *Ocupa Esefid* – Escola de Educação Física, Fisioterapia e Dança

No dia 28 de junho, seis meses após o fim das ocupações, foi a vez da *Ocupa Ceclimar/IB/UFRGS* criar o seu coletivo feminino (FIGURA 2). Na *fanpage* do grupo foi postada a informação, nos seguintes termos:

Nós, mulheres e alunas da biologia marinha, viemos por meio deste comunicar a criação do Coletivo de Mulheres Norma Luiza.

Nosso coletivo recebeu esse nome em homenagem à Professora Doutora Norma Luiza Würdig, pela mulher, professora e pesquisadora exemplar, alguém sempre a frente do seu tempo, além de ter fundado o curso de Ciências Biológicas com ênfases em biologia marinha e costeira e gestão ambiental marinha e costeira. Temos como propósito acolher as mulheres da comunidade, do CECLIMAR, da UERGS, do CLN, incluindo alunas, servidoras, técnicas, professoras, terceirizadas e toda aquela que necessitar de ajuda ou que se sinta confortável a participar.

Lutaremos pelos direitos das mulheres, empoderando as e repreendendo atitudes machistas, misóginas, sexistas e qualquer outra forma de preconceito.



FIGURA 2 – Cartaz do coletivo de Mulheres Norma Luiza
FONTE - Página *Ocupa Ceclimar/IB/UFRGS*

Na luta contra medidas do governo federal, mas também contra a opressão diária e – nem sempre – silenciosa, as ocupações deflagraram e puseram sob os holofotes resistências variadas, da macro e da micropolítica. Temas de interesse público, ao serem levados para dentro do espaço de exceção em que foi transformado o ambiente universitário durante os últimos dois meses de 2016, impulsionaram não apenas atividades reflexivas, mas ainda a formação de novas associações, reforçando identidades e inspirando a emergência de subjetividades as mais variadas.

8. Autorreflexão e memória política

Outra preocupação que observamos no movimento de ocupações da UFRGS é com relação à memória política; o legado da ação que realizaram. Várias atividades propostas pelas *Ocupas*, ao longo de 2017, inserem-se no que Downing (2004, p. 165) chama de “performances de memória política”: a criação de uma narrativa e a constante reafirmação de um legado. Já no dia 1º de janeiro de 2017, portanto, ainda no calor dos acontecimentos do final do ano, a *Ocupa IFCH* convocava os alunos a preencherem um formulário sobre as ocupações. Em 10 de abril, um novo convite para debater a situação do país e avaliar os rumos do movimento:

Nós, da Ocupa IFCH, viemos por meio deste, refrescar a memória de todes sobre a conjuntura atual de nosso país e sobre o movimento político que ocorreu nesta Universidade nos últimos meses. Em 2016 sofremos um golpe de Estado. O governo golpista tem tomado uma série de medidas que, em seu conjunto, tem um objetivo claro: sucatear a educação e demais instituições públicas para abrir espaço para o setor privado, gerando mão de obra barata e sem ferramentas intelectuais para criticar esse sistema.

[...]

Gostaríamos, portanto, de lembrar nesta volta às atividades normais, que a Universidade não esteve parada nestes últimos meses. Ela foi palco de intensas atividades em que, de forma inédita, as próprias alunas e alunos se apropriaram de seu espaço físico e simbólico, construindo atividades que faziam mais sentido, para nós, no momento. Exercemos aquilo

que a Universidade deveria nos capacitar a fazer: construir o conhecimento de forma coletiva e conjuntural, preocupando-se com a realidade social em que vivemos. Acreditamos que, ao retomar as aulas corriqueiras, isso deveria ser levado em conta, sobretudo, por professoras e professores que pregam esta forma de construção de conhecimento em sala de aula. Muito ouvimos falar em inter e transdisciplinaridade, em quebra das hierarquias entre professor e aluno, no respeito às diversas formas de elaboração de saberes, porém, pouco vemos tudo isso na prática.

Sobre a memória, dois exemplos. O primeiro durante o 7º Encontro Nacional da Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação e Política (Compólítica), sobre o tema “Democracia em Crise? Mídia, Opinião Pública e instituições do Brasil Contemporâneo”, realizado de 10 a 12 de maio de 2017, na Fabico/UFRGS. Durante esse período, os participantes tiveram a oportunidade de visitar uma exposição com fotos e vídeos da *Ocupa Fabico*, inaugurada pela direção da Associação. No dia 30 de outubro, um ano depois do início das ocupações, uma série de atividades foi realizada em vários prédios da UFRGS, para lembrar e avaliar a situação do país e da luta iniciada. Na Fabico/UFRGS, os alunos promoveram em 31 de outubro um dia de debates e aulas abertas, chegando inclusive a dormir no local.

Os alunos da *Ocupa DSG-Arq* também se notabilizam por organizar eventos de reflexão sobre a experiência vivida nos últimos meses de 2016. Ainda em dezembro do ano passado, no dia 21, aconteceu a *Conversa sobre o passado e o futuro da ocupação*. Em janeiro, foi a vez do evento *O futuro da resistência na FUDA (UFRGS)*, conforme descrição transcrita abaixo:

A desocupação dos prédios já ocorreu, mas a necessidade de nos mantermos articulados e em movimento é mais importante do que nunca. É com a intenção de nos unirmos mais ainda e não deixarmos que o movimento de combate ao desgoverno golpista e excludente termine, o movimento Ocupa DSG+ARQ, o CADe e o DAFA convocam essa reunião com todas e todas que tenham interesse em seguir lutando, resistindo e ocupando os lugares que são nossos por direito.

O texto de apoio do evento criado para lembrar a ocupação do prédio do Design e da Arquitetura da UFRGS, em 31 de outubro de 2017, diz que “A ocupação foi um laboratório da democracia, do respeito e da conversa; ela foi cidadania em tempos de exceção. Foi emoção e metamorfose, foi luta e foi história. Mais do que isso, ela foi o mistério que ainda é”. E assim os alunos que participaram das ocupações da UFRGS vão resignificando a própria experiência e procurando manter vivo o que consideram uma importante atuação de resistência pela universidade pública.

Na Faculdade de Letras, ocupantes batizaram uma sala do prédio com o nome de Ana Júlia, a secundarista que ganhou projeção midiática em 2016 ao discursar na Assembleia Legislativa do Paraná. Outra sala da faculdade recebeu o nome de Angela Davis, ativista e socióloga estadunidense que foi tema de uma aula aberta no mesmo local. Ainda na *Ocupa Letras*, por iniciativa dos

professores, havia encontro semanais destes com os discentes, para a troca de impressões a respeito do movimento. Também entendemos estas ações como atos de memória política, que visam perpetuar um posicionamento de oposição a políticas de precarização do ensino público.

Por último, destacamos o registro na pedra do movimento das mulheres negras da Fabico, relativo à vitória da comunidade contra a alteração no processo de cotas de ingresso na UFRGS. O slogan “*Nenhuma preta a menos*” sintetiza bem a luta das estudantes. A imagem na parede do prédio da Faculdade também colabora com a memória política do evento, perpetuando-o na história da instituição e nas trajetórias individuais das/dos envolvidos na ocupação.

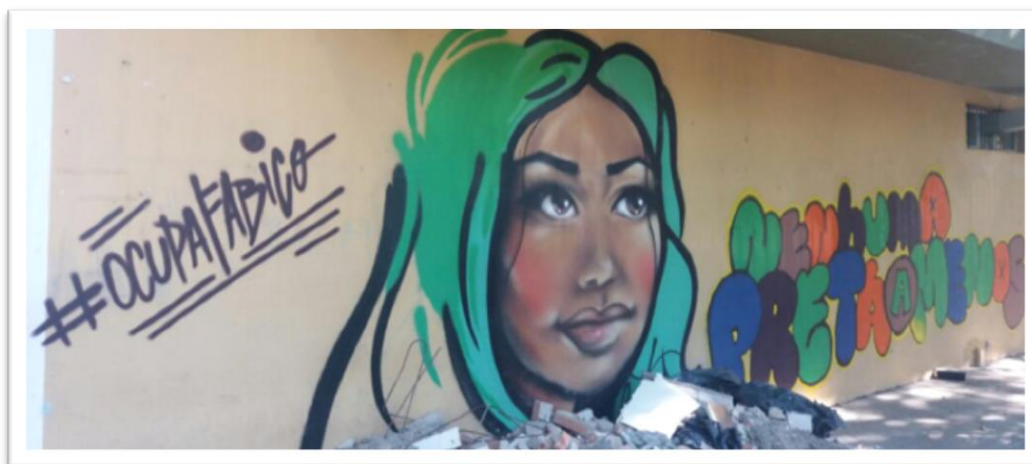


FIGURA 3 – Mural no prédio da Fabico

9. Considerações finais

Momentos de grandes tensionamentos políticos, como os que ocorreram com as ocupações de universidades públicas brasileiras, em 2016, são excelentes oportunidades para o estudo da comunicação pública e do próprio estágio de uma democracia. Em tempos de revolução digital e quebra de antigos paradigmas da sociedade da informação, os grupos de resistência aos poderes hegemônicos têm aprimorado maneiras de se comunicar com seus públicos – ainda que tais estratégias e canais ainda não se mostrem suficientes para alterar significativamente a estrutura da esfera política.

Ocupações como as tratadas neste artigo têm colocado em movimento um fazer político diferente, tendo a deliberação como método de tomada de decisões e a recusa à representatividade como um de seus pilares. Procuramos destacar que uma das consequências desta comunicação lateral, baseada nos afetos e na capacidade de argumentação, é o surgimento de novas coletividades, baseadas em gênero, raça e orientação sexual, por exemplo. Questões da micropolítica que ganham relevância à medida que a experiência da ação coletiva se desenvolve, mesmo que não estivessem

na origem de deflagração do repertório.

A centralidade da mulher – não apenas como tema de aulas abertas, mas como protagonista do próprio movimento –, os debates sobre as diferentes formas do preconceito racial, a defesa de um ensino público de qualidade, o inconformismo com um governo considerado ilegítimo; todos estes são aspectos que marcam, a nosso ver, o movimento de ocupações de universidades brasileiras, dando a ele um caráter múltiplo e talvez ainda de difícil apreensão. À memória política construída pelos próprios estudantes, durante as ocupações e nos meses que se seguiram, somam-se estudos em andamento e outros que virão. Procuramos neste artigo contextualizar as ocupações à luz da História recente, cientes de que as ações coletivas de luta política repercutem para muito além do seu próprio tempo, somando-se às que as antecederam e pavimentando o terreno para futuras resistências.

As *Ocupas* permitem identificar a construção de um novo modo de fazer política, que traz embutido a descrença nas instituições e nos políticos e, ao mesmo tempo, o descompromisso com a continuidade do próprio movimento. De qualquer modo, propicia uma oportunidade única de interação, comunicação radical e lateral, reforço de coletividades e uma experiência de fazer política através da deliberação, da troca de argumentos e afetos. Negando a representatividade e apostando na horizontalidade, os estudantes procuraram, a sua maneira, confrontar os poderes constituídos de um mundo político que parece cada vez mais voltado para interesses privados e menos permeável a reivindicações sociais.

Referências

- BENHABIB, Seyla. **Rumo a um modelo deliberativo de legitimidade democrática**. In: MARQUES, Ângela Cristina Salgueiro (Org.). *A deliberação pública e suas dimensões sociais, políticas e comunicativas: textos fundamentais*. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.
- BOBBIO, Norberto. **Estado, governo, sociedade; por uma teoria geral da política**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- BOYD, Andrew; MITCHELL, Osvald (Org). **Bela baderna: ferramentas pra revolução**. São Paulo: Edições Ideal, 2013.
- DOWNING, John D. H. **Mídia radical: rebeldia nas comunicações e movimentos sociais**. São Paulo: Senac São Paulo, 2004.
- ESTEVES, João P. **Sociologia da comunicação**. Portugal: Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2011.
- GITLIN, Todd. **Occupy Nation: the roots, the spirit, and the promise of Occupy Wall Street**. EUA: NY: Itbooks, 2012.
- GOMES, Wilson. **Esfera pública política e comunicação em Mudança Estrutural da Esfera Pública de Jurgen Habermas**. In: GOMES, Wilson; MAIA, Rousiley C. M. *Comunicação e democracia: problemas & perspectivas*. São Paulo: Paulus, 2008.
- HABERMAS, J. **Direito e democracia: entre facticidade e validade**. 2. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2011.
- MALINI, Fábio; ANTOUN, Henrique. **A internet e a rua: ciberativismo e mobilização nas redes sociais**. Porto Alegre: Sulina, 2013.
- SILVA, Marcelo Kunrath. **#vemprarua: o ciclo de protestos de 2013 como expressão de um novo padrão de mobilização contestatória?** In: CATTANI, Antonio David (org.). *#protestos: análises das ciências sociais*. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2014.
- TARROW, Sidney. **O poder em movimento: movimentos sociais e confronto político**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

TILLY, Charles; TARROW, Sidney. **Politique(s) du conflit: de la greve à la revolution**. Paris: Presses de Science Po, 2008.

WEBER, Maria Helena. **Nas redes de comunicação pública, as disputas possíveis de poder e visibilidade**. In: WEBER, Maria Helena; COELHO, Marja Pfeifer; LOCATELLI, Carlos (Org.). *Comunicação pública e política: pesquisa e práticas*. Florianópolis: Insular: 2017.